

.....

Apresenta a nossa posição contra as propostas que pretendem vincular imediatamente o ensino de nível superior ao mercado de trabalho, tal como se apresenta na maioria das Diretrizes Curriculares para os cursos universitários no Brasil, aprovadas pelo Ministério da Educação após a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, Lei Darcy Ribeiro, Número 9394 de 1996. Remetemo-nos aqui à formação acadêmica em Psicologia, ainda que em termos gerais os argumentos que apresentamos podem ser considerados para o ensino de nível superior em geral. A ênfase na formação dos psicólogos se deve ao fato que este curso ainda não teve as suas Diretrizes Curriculares aprovadas até a presente data e que as proposições gerais para a formação universitária apoiada pelo Ministério da Educação se mostram contrárias a formação generalista e promotoras de uma especialização precoce. Fundamentalmente, preocupa-nos a vinculação direta com o “mercado de trabalho”, tal como este é entendido pelos atuais paradigmas defendidos pelos organismos internacionais que se colocam na defesa dos interesses e proposições para a difusão e manutenção da ordem econômica e política do “mundo globalizado”.

Palavras-chaves: Educação, Psicologia, Mercado de trabalho.

This is a position paper against proposals attempting to link higher education immediately to the labor market, such as is currently presented in the majority of the Curricular Directives for university courses in Brazil, approved by the Ministry of Education since the Directives and Teaching Fundamentals or Darcy Ribeiro Law 9394 of 1996. We refer here to the academic formation in Psychology, though, in general terms, the arguments presented could be considered valid for university education in general. The emphasis on the formation of psychologists is considered due to fact that this course has not had its Curricular Directives approved as yet and the general propositions for a university formation defended by the Ministry of Education showed themselves to be contrary to a generalist's formation and promoters of a precocious specialization. Fundamentally, it worries us to see this direct linking to the “labor market”, such as is understood by current paradigms defended by international organisms that place themselves in defense of interests and proposals for the diffusion of the maintenance of the economic and political order of the “globalized world”.

Keywords: Education, Psychology, Labor Market.

A Relação Impossível entre a Formação Acadêmica de Nível Superior e o Mercado de Trabalho. Alguns Comentários sobre a Formação em Psicologia

Inara :
Barbosa Leão :

Professora Adjunta do
Departamento de Ciências
Humanas do Centro de
Ciências Humanas e Sócias
da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. Mestre
em Educação e Doutora em
Psicologia Social. Professora
do Curso de Psicologia/
CCHS/UFMS e do Programa
de Pós-Graduação em
Educação – Curso de
Mestrado/UFMS.
Presidente da Associação
Brasileira de Ensino de
Psicologia – ABEP.M

A nossa intenção é apresentar a nossa posição contra as propostas que pretendem vincular imediatamente o ensino de nível superior ao mercado de trabalho, tal como se apresenta na maioria das Diretrizes Curriculares para os cursos universitários no Brasil, aprovadas pelo Ministério da Educação após a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, Lei Darcy Ribeiro, número 9394 de 1996.

Remetemo-nos aqui à formação acadêmica em Psicologia, ainda que em termos gerais os argumentos que apresentamos podem ser considerados para o ensino de nível superior em geral. A ênfase na formação dos psicólogos se deve ao fato que este curso ainda não teve as suas Diretrizes Curriculares aprovadas até a presente data devido à mobilização dos principais segmentos representativos da psicologia, tanto os que se dedicam ao seu aspecto como ciência como os voltados para a profissão. Ambos têm avaliado as proposições gerais para a formação universitária apoiada pelo Ministério da Educação como contrária a formação generalista e promotora de uma especialização precoce. Fundamentalmente, preocupa-nos a vinculação direta com o “mercado de trabalho”, tal como este é entendido pelos atuais paradigmas defendidos pelos

organismos internacionais que se colocam na defesa dos interesses e proposições para a difusão e manutenção da ordem econômica e política do “mundo globalizado” e suas divisões inerentes de mercado produtor e consumidor; países centrais e periféricos, bem como, as necessidades de educação para as diferentes populações conforme a inser-

A expressão "o mercado de trabalho", de maneira geral, nos remete ao entendimento de que existiria uma força determinante que regularia a demanda por mão-de-obra em um determinado período histórico...

ção de seus países nesta divisão: para a concepção ou para a execução do já concebido. Onde nos cabe sempre estar nas segundas alternativas.

Por isso, iniciamos com algumas reflexões sobre o mercado de trabalho, para podermos explicitar porque consideramos inviável a orientação da formação por esta instância abstrata.

Esta expressão ‘o mercado de trabalho’, de maneira geral, nos remete ao entendimento de que existiria uma força determinante que regularia a demanda por mão-de-obra em um determinado período histórico, originada pela certeza do que se pretende produzir e como se pretende produzir no momento presente e no futuro. E, também, que esta mão-de-obra seria comprada como força de trabalho oferecida no “mercado” caso satisfizesse as necessidades estabelecidas pela produção, seus meios e processos.

Entretanto, entendemos que tal relação só poderia ser verdadeira se fosse possível planejar e controlar o que se produzirá e quais os meios e processos serão utilizados para tanto durante um certo período. O que é impossível em sociedades orientadas pelos princípios da livre iniciativa, do capital privado e da não intervenção estatal (característica do chamado Estado Mínimo). Isto porque as decisões sobre o quê, como e

onde produzir e, portanto, a necessidade e o tipo de mão-de-obra, está na dependência das resoluções dos donos dos meios de produção. Os quais, como tal podem tomar estas decisões conforme os seus interesses, sem submeter-se a qualquer instância de controle social.

Nestas circunstâncias, algumas questões se colocam inevitavelmente: se a absorção de mão-de-obra se vincular a estes parâmetros, vamos formar trabalhadores para que? Para quem? Ou para atuar onde?

Ainda que alguns historiadores da Psicologia apontem que ela tenha sido desenvolvida como área de conhecimento ou ciência sob esta perspectiva de relação direta com as características do modo de produção capitalista e as suas necessidades, esta vinculação e os conhecimentos produzidos assim não garantiram a absorção pelo mercado de trabalho da maioria de seus trabalhadores.

Implicações para a Educação

Sabemos que a formação de trabalhadores para ocuparem postos de trabalho existentes ou passíveis de existirem no mercado de trabalho vincula a preparação às características destes postos: aos meios de produção – sejam eles a maquinaria, as técnicas, ou ao controle necessários à produção e à garantia da mais valia.

Sob estas condições, temos qualificação profissional. A qualificação profissional é um termo que remete à ação de se qualificar profissionalmente, à formação considerada apropriada para uma função técnica especializada. A qualificação profissional, requerida por uma atividade, está, portanto, dentro de um quadro mais amplo de relações, no qual se inscrevem as que o trabalhador guarda com os objetos de seu conhecimento e com as expectativas sociais sobre o

que deve conhecer, saber fazer e como deve se comportar. Essas relações, por sua vez, sofrem repercussões das mudanças na tecnologia empregada, nos processos de trabalho e na gestão empresarial. Elas têm a ver com a divisão sexual do trabalho, os fatores étnicos e etários, o prestígio social da profissão, o jogo de interesses políticos e o poder que possui a categoria profissional na correlação de forças existentes.

A qualificação profissional, nesse sentido, expressa a combinação, em dado momento histórico, de um conjunto de fatores que constituem as relações sociais que vivem os profissionais no exercício de sua atividade.

Diferentemente desta condição, entendemos por educação o processo mais amplo, aquele pelo qual uma sociedade transmite a sua cultura aos seus membros. Este mesmo processo é o que transforma um indivíduo da espécie biológica homo sapiens em sujeito humano.

Este processo tem na educação formal institucionalizada uma de suas instâncias de realização. Apesar de não ser a única, é a que até agora tem se mostrado a mais eficiente em promover em curto espaço de tempo a interiorização por sujeitos particulares dos conhecimentos produzidos e aperfeiçoados durante séculos de trabalho coletivo, tal como podemos testemunhar pela aquisição e utilização das diversas linguagens, dos conhecimentos científicos e das práticas e tecnologias. Que para seus desenvolvimentos dependeram de séculos e que pela educação às ensinamos em alguns poucos anos.

A divisão desse patrimônio social em diversas ciências e suas aplicações profissionais mostra-se necessária devido a sua acumulação e conseqüente expansão. Para a educação e o trabalho isto significa o impedimento da apropriação e utilização da sua totalidade por um

único sujeito em seu período de vida. Porém, temos que considerar que acarretou como efeito a formação de nossas consciências parciais, que já não nos permitem entender plenamente a realidade, fenômeno este que tem nome técnico de alienação. Quanto mais parcial, ou seja, técnica e especializada esta educação se torna, menos condições de nos tornarmos humanos temos. Estamos então, defendendo a educação que tem por fim formar sujeitos que superem a sua determinação natural e construa as funções mentais e capacidades práticas delas derivadas para transformar a si mesmo e a realidade de maneira a torna-la mais favorável à vida.

Por isso entendemos que a educação, mesmo no ensino de terceiro grau, deve perseguir a formação de sujeitos cada vez mais humanos. Sujeitos que se constituam pelas capacidades mais avançadas que espécie humana criou e preservou como cultura, as quais ao serem interiorizadas por cada um de nós formam aquelas funções que chamamos de emocionarmos-nos, pensarmos e agirmos. E que não são inatas.

Entendemos, também, que há necessidade de agirmos para alcançarmos as duas primeiras, mas que para agirmos precisamos das segundas. Se alcançarmos com a educação uma boa constituição destas teremos sujeitos capazes de realizar um bom trabalho.

A qualificação profissional expressa a combinação, em dado momento histórico, de um conjunto de fatores que constituem as relações sociais que vivem os profissionais no exercício de sua atividade.

Aqui vamos nos ater aos instrumentos psicológicos e aos processos de suas elaboração e utilização, que dependem da educação por não serem naturais à espécie porque para cada indivíduo que nasce, se apresentam como possibilidades existentes nos conteúdos da cultura da nossa sociedade (e que são dife-

rentes para outras culturas, outras classes sociais e diferentes grupos de uma mesma classe ou cultura). Assim, dependem de serem ensinados por outros para se tornarem capacidades individuais.

São o que deveria ser ensinado aos membros de cada sociedade através destes processos organizados chamado de Educação.

A educação a que nos referimos aqui é um trabalho social. Cada grupo social o organiza conforme as suas necessidades e possibilidades. Mas é sempre um processo no qual o homem age sobre a natureza, para alterá-la conforme as suas necessidades. Na educação ele age sobre a natureza do outro homem para torná-lo conforme as necessidades do grupo social onde vive.

Este processo se dá ao longo do desenvolvimento ontogenético, quando a ação de um homem mais desenvolvido, aquele que melhor domina a cultura do grupo, promove no sujeito em desenvolvimento (não só sobre as crianças) a criação de funções e estruturas que não existem naturalmente. Ou seja, é uma ação social que transforma o indivíduo biológico em indivíduo social.

Portanto, como membros mais desenvolvidos da sociedade, lembrando que esta caracterização se refere exclusivamente aos aspectos sociais à que nos dedicamos e nos especializamos, em detrimento de outros que desconhecemos ou dominamos mal, o que nos torna,

bre quais são as necessidades individuais e sociais dos indivíduos, assim como sobre as formas adequadas de atendê-las.

Ou seja, todos participamos da construção das características psicológicas dos outros ao “ensinar-mos”. Interferimos no homem, ser biológico natural portador apenas de características primárias, incapazes de resolver os problemas complexos que a sociedade lhe apresenta, para torna-los um ser social, portador de capacidades e características que a natureza não lhe proporcionou e que só surgem no grupo social, porque este lhe ensina.

Entretanto, estas necessidades e as características que permitem supri-las se apresentam diferentemente em cada grupo social, e esta contingência exige de nós um comportamento ético. Uma ética que depende da nossa visão de homem e de mundo. Mas não poderemos tratar também desse aspecto agora.

Uma dessas características é a voluntariedade. Uma função psíquica que só surge quando nós já podemos controlar sozinho algumas funções psicológicas que durante algum tempo da nossa vida são controladas pelos outros. São outros que no período inicial do nosso desenvolvimento nos orientam quanto ao que fazer, com o quê, como e com quem. Nas fases iniciais do nosso desenvolvimento, em qualquer aspecto da nossa vida social, eles intervêm na nossa ação externamente, para tornar a

atividade espontânea em atividade produtiva, cujos resultados nos sejam favoráveis.

Essas intervenções, que denominamos de mediações sociais, criam em

nós capacidades que não tínhamos naturalmente. Como por exemplo, os nossos órgãos sensoriais são naturalmente passivos, são elementos biológicos constituídos para receber estímulos físicos e químicos e o fazem. Entretanto esta

A educação a que nos referimos aqui é um trabalho social. Cada grupo social o organiza conforme as suas necessidades e possibilidades.

também dependentes de outros seres humanos, e confirma o nosso pressuposto; nos comprometemos socialmente em participar da constituição de outros seres humanos e faremos isso conforme a capacidade de entendimento que tivermos so-

relação se deixada por conta dessa programação natural nos põe em risco constante. Para diferenciarmos dentre os estímulos recebidos quais nos são favoráveis precisamos elaborá-los. Temos que saber em qual deles devemos prestar atenção, ou seja, tornar a capacidade natural de recebê-los em capacidade de discriminar qual nos interessa; é tornar a atenção voluntária, controlada por nós para acompanharmos um fenômeno em detrimento de todos os demais que se apresentam simultaneamente.

Para fazer isto temos que ter critérios para selecionar. Este critério, inicialmente é a potência do estímulo, o conjunto das suas características que estabelecem a sua capacidade de atingir os nossos órgãos sensoriais e ativar respostas reflexas inatas. Isto também nos coloca em perigo, mas se ainda não temos conteúdos ou funções psíquicas que permitam analisar e prever resultados, não temos outro recurso. E sabemos que inicialmente não temos estes recursos.

Geralmente, é um outro que nos orienta nessa seleção. E nesta orientação já nos ensina. Passamos a considerar as possibilidades de cada solicitação do meio em relação às nossas necessidades que ela pode atender. Mas, para isso já temos que ter construído, além da atenção voluntária, controlada conscientemente, por nós mesmos, a possibilidade de intuir.

A intuição também não é um aspecto natural. Trata-se da possibilidade de ordenar as informações dadas externamente e as acumuladas subjetivamente de forma a permitir que organizemos o nosso comportamento, nossos movimentos físicos no meio externo, social para alcançarmos os resultados que atendam as nossas necessidades. Só que ainda sem o apoio das operações lógicas do pensamento. Portanto, a atividade ori-

entada pela intuição resulta de um “ajuntamento” de dados, sem critérios lógicos e baseados predominantemente em sentimentos desencadeados pela afetividade. Basicamente suscitados por processos bio-fisiológicos naturais. Mas assim fazemos muitas coisas.

O que fazemos atinge os que integram o nosso meio e estes, ao serem afetados, nos interpelam. Essa interpelação destaca aspectos da nossa ação e a organiza.

O que fazemos atinge os que integram o nosso meio e estes ao serem afetados nos interpelam. Essa interpelação destaca aspectos da nossa ação e a organiza. Cria em nós a necessidade de evitar os erros e ampliar a margem de acertos para sermos mais “felizes” ou mais “eficientes” ou para “não morrermos”. Para que, por que e como agir de determinada forma e não de outra não é uma opção individual, nem um recurso que temos a nossa disposição a priori. Trata-se de uma função psíquica que denominamos de percepção.

Sabemos que a percepção deriva da intuição, mas a supera no sentido de subsumí-la ao se manifestar. Isto porque a percepção já é processo psíquico superior. Foi inventada pelos homens como meio para entendermos os fenômenos baseando nos conhecimentos que já possuímos. Portanto, já é uma atividade intelectual, uma função psíquica superior, que só se constituirá sob a orientação social. Só se outro ser humano nos ensinar a fazer isso, pois se foi inventada por nós não estará naturalmente em nós. Está na cultura e daí tem que ser apropriada individualmente, para se tornar uma função psicológica.

O limite da percepção, que a torna ainda um instrumento de ação rudimentar e indutor de erros é que ainda não dispõe das operações matemáticas para realizar os processos de análise, síntese

se e generalização. Ou seja, não permite que consideremos logicamente todas as implicações do fenômeno e da ação que podemos desenvolver em relação à ele. É um pensamento que se orienta pelos aspectos que são tidos como os mais relevantes segundo as informações que temos concretamente. O que já sabemos sobre ele. Como sempre sabemos pouco,

É pela constituição da capacidade de pensamento abstrato que ampliamos a nossa possibilidade de uma voluntariedade orientada pela lógica formal.

baseados na percepção erramos menos do que quando ainda só dispúnhamos dos processos anteriores, mas ainda erramos muito.

É pela constituição da capacidade de pensamento abstrato que ampliamos a nossa possibilidade de uma voluntariedade orientada pela lógica formal. O pensamento abstrato só é possível pela capacidade de utilização dos signos e símbolos em substituição a representação concreta da realidade. Nos liberarmos dos limites impostos pela imagem ou pela forma sensorial é pensarmos sobre qualquer coisa que exista, existiu ou não existe. É lidar com o passado, o futuro e as suas possibilidades no momento presente. Mas para isto precisamos de recursos, de métodos que organizem os dados que não são tangíveis, que permitam que não os percamos durante as operações mentais. À este método temos chamado de pensamento lógico e o temos caracterizado como a capacidade mais específica da espécie humana, como aquilo que definitivamente nos diferenciou dos demais animais e nos permitiu dominar a natureza superando os seus limites.

O pensamento abstrato, não é natural. Não nascemos com ele, e ele não vai se desenvolver espontaneamente. Principalmente, porque ele um processo com-

plexo que depende de nos apropriarmos e interiorizarmos as linguagens (verbais, matemáticas, etc.) que nós criamos para representar o mundo e que pode ser utilizadas de diferentes formas com diferentes intenções e resultados, que nós inventamos para solucionar os problemas que se apresentaram ao longo da história. Depende também de termos um mé-

tudo adequado para usarmos estas representações simbólicas da realidade que nos conduza aos resultados desejados. Ou seja, precisamos ter como pre-

ver o resultado que precisamos e um método para organizar a nossa ação psíquica e física de maneira a garantir que vamos atingir o resultado desejado.

Estas condições são providas, atualmente, pelo método lógico matemático ou pelo método dialético. Ambas invenções humanas dadas em séculos não muito distantes.

Senão assim, controlar o nosso comportamento, aprender, ensinar e trabalhar dependem de que saibamos por que, como e quando devemos atender às nossas necessidades naturais ou socialmente construídas.

Os recursos para sabermos fazer isso estão disponíveis no nosso meio sob a forma de cultura. Mas na nossa sociedade a cultura não está disponível a todos de maneira igualitária. O que implica que para sabermos como agir de forma a garantir o atendimento de nossas necessidades precisamos que outros nos ensinem e nem sempre isto está disponível.

Se não nos ensinarmos, permanecemos cada vez mais naturais e menos humanos.

Educar e Trabalhar

Os conteúdos teóricos ou práticos, necessários para a atividade trabalho são derivados do próprio trabalho, pois, o

homem só age por um motivo e só é motivado pela atividade. Portanto, as especificidades próprias de cada função no trabalho social serão apreendidas e elacoradas quando se trabalha, ou seja, deverão ser determinadas posteriormente ao período de escolarização formal. Após a constituição dos processos psíquicos requeridos para a vida social em cada sociedade é que se torna possível a elaboração e utilização prática dos conteúdos científicos e tecnológicos que proovem e sustentam as ações e operações requeridas para o trabalho a realizar.

É baseado nestes pressupostos que temos defendido que o objetivo para a educação em geral e para a formação de psicólogos em particular, é preparar sujeitos cada vez mais humanos: capazes de se emocionarem, agir e pensar. Por isso, capazes de entender a realidade onde estão inseridos, através da análise dos determinantes das diferentes realidades que compõem uma sociedade. E, que percebem o trabalho como condição de construção da vida, por isso buscam trabalhar de forma a influenciar para alterar as condições que impeçam a humanização de todos os indivíduos da espécie.

Se vão fazê-lo através de atividades que se apóiam especificamente no conhecimento desenvolvido pela ciência psicológica – como psicólogos – ou em qualquer outra atividade, que não tenha sua vinculação com este conhecimento, não o sabemos agora. E por isso, propomos que nos cursos de psicologia, devemos ensinar os conhecimentos dessa ciência como meios para a constituição de consciências amplas e pouco dicotomizadas, que integrem o domínio dos aspectos psíquicos, sociais e físicos de forma a permitir que ajam sobre o mundo de maneira conseqüente com a realidade deste mundo.

Sabemos que em cinco anos de curso é impossível o domínio de todo o conteúdo desta área de conhecimento, além do que, a educação formal, pelo seu caráter institucional, lidos sempre com os conhecimentos já sistematizados e organizados, o que implica que trabalhamos com conhecimentos artigos e, quando terminamos nossos cursos de graduação há toda uma gama de novos conhecimentos que ainda não estavam sistematizados, que ainda nós existiam ou que já estão sendo transformados em técnicas ou tecnologias. O que continuará a acontecer durante toda a nossa vida.

Para trabalhar termos que entender o mundo, o que fazemos nele e por que o fazemos. Portanto, precisamos saber analisar, decidir, planejar, avaliar, escolher como e com que agir para atingirmos os objetivos visados. E, por isso, precisamos mais dos processos que dos conteúdos específicos aprendidos anteriormente. Até porque anteriormente a realidade atual não existia.

Com isso não estamos dizendo que ensinar os conteúdos já acumulados pela psicologia não seja importante. Estamos afirmando que ensinar a pensar criticamente qualquer conteúdo é mais importante. Porque os conteúdos tidos como os melhores hoje podem não corresponder às necessidades dos psicólogos

*Para trabalhar termos que entender o mundo,
o que fazemos nele e por que o fazemos.*

de amanhã e, os alunos do curso de psicologia hoje podem vir a trabalhar em outras profissões no futuro. Talvez em profissões que nem existem no hoje.

Entretanto, a educação que promove a constituição das características humanas superiores garante sujeitos com características humanas para sempre – psicólogos ou não. E pode contribuir

para que sejam muito bons psicólogos – ou outro profissional – porque saberão entender o mundo, suas condições, suas necessidades e que todas estas são relativas à um período histórico e que vão mudar e que eles terão que mudar e lidar com novos conteúdos – algumas

vezes que eles próprios terão que inventá-los e construí-los.

Portanto, não podemos nos balizar pelo “mercado de trabalho”, porque este só existe como manifestação de uma condição imediata ou então é pura abstração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHCAR, Rosemary (Coordenadora). *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*, 2ª Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- AUED, B. W. (Org.) *Educação para o (des)emprego*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOCK, Ana M. B. (Org.) *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2ª Edição. São Paulo: De. Paz e Terra, 1999.
- FERRETI, C. J., SILVA JÚNIOR, J. R. e OLIVEIRA, M. R. N. S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.
- FIDALGO, F. e MACHADO, L. (Editores). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/Faculdade de Educação da UFMG, 2000.
- FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394, de 1996. Câmara dos Deputados. Série Separata de Leis, decretos, etc. nº 9/1997. Brasília.
- LEÃO, Inara B. *A educação como processo de mudanças sociais na América Latina*. *Psicologia e Sociedade*, vol. 8, nº 2, julho/dezembro 1996. São Paulo: ABRAPSO, 1996.
- . *Como os homens podem ser competentes se educados passam a serem hábeis, quando as habilidades já não existem? Uma nota da psicologia sobre a Educação Profissional proposta no PLANFOR/BR*. Intermeio: Revista do Mestrado em Educação/UFMS, vol. 1, nº q (1995). Campo Grande, MS: A Universidade, 1995.